

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Janeiro de 2023, Bauru - SP

ANO XXV - Nº 243



ASSEMBLEIA DE CAMPANHA SALARIAL 2023

A LUTA COMEÇOU!

**POR VALORIZAÇÃO E
RESPEITO, SERVIDORES
ATIVOS E APOSENTADOS,
COMPAREÇAM!**

**26 DE JANEIRO, 18H
RUA SAINT MARTIN,
14-38, CENTRO**

RETROSPECTIVA 2022

Janeiro

PREFEITURA TENTA SABOTAR CAMPANHA SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Desde o dia 13 de janeiro de 2022, quando a Prefeitura de Bauru anunciou que pretendia conceder 10,06% de reajuste salarial e antecipar a data base do funcionalismo municipal para aquele mês, uma série de desrespeitos para com os servidores foram cometidos pela administração de Suéllen Rosim. Naquela manhã de quinta-feira, a prefeita convidou o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) para apresentar suas propostas e incluiu, na reunião, representantes do Poder Legislativo – desrespeitando a prerrogativa sindical, que garante exclusividade nas discussões entre a prefeitura e o sindicato.

Além do valor sobre os vencimentos dos servidores, a administração municipal também apresentou a proposta de correção de 25% sobre o vale-alimentação. O Sinserm informou, portanto, que havia assembleia prevista para o dia 27 de janeiro e não aceitaria qualquer negociação antes de fechar a pauta de reivindicações. Não poderíamos, naquele momento, sinalizar qualquer movimento contrário ou favorável à proposta da prefeita, sem antes ouvir a categoria. Além disso, a pauta de reivindicações anual reúne muito mais do que os reajustes no salário e vale-alimentação. O documento compila cláusulas sociais e

sindicais, que regulamentam vários aspectos importantes da vida do trabalhador.

É por isso que existe uma data base para o dissídio. Ritos, prazos e procedimentos precisam ser respeitados. A categoria não pode ser pega de surpresa e dizer sim ou não para um pequeno conjunto de propostas, sem a garantia de que o restante de suas reivindicações seria ouvido futuramente. Além disso, os 25% propostos para o vale-alimentação, não contemplaria os servidores inativos e, justamente por isso, uma pauta verdadeiramente democrática e plural deveria ser preparada pela categoria e entregue à chefe do Executivo, de modo a contemplar as demandas de todos.

A inversão da tramitação natural das negociações chamou a atenção até mesmo dos vereadores. Na ocasião, o presidente da Mesa Diretora, Markinho Souza (PSDB), ressaltou que a Câmara não tem poder de interferir na negociação salarial dos servidores. A vereadora Estela Almagro (PT), enfatizou que a prefeita não seguiu o rito tradicional para a negociação – que seria a apresentação de uma proposta inicial ao sindicato, ao invés de incluir outros agentes no debate. Expressamos, portanto, o profundo descontentamento com a forma como a prefeita iniciou

as tratativas. Ao convocar o sindicato para discussão anterior à assembleia dos trabalhadores, Suéllen tentou sabotar a mobilização dos servidores e manobrou para impor suas propostas.

Apesar do apelo feito pelo Sinserm para que aguardasse a realização da assembleia, a prefeita convocou uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 05/22 no dia 21 de janeiro – comprovando seu DNA autoritário.

Pois bem. A categoria se mobilizou e lotou o plenário para exigir que o PL não fosse votado antes da entrega da pauta de reivindicações dos servidores. Após uma longa sessão, a vereadora Estela Almagro (PT) solicitou prazo regimental e retirou o projeto de votação. Estávamos há seis dias da realização da assembleia, não havia justificativa moral ou política para atropelar os processos e silenciar os servidores.

Realizamos, no dia 27 de janeiro, uma das maiores assembleias da história do Sinserm. Com mais de 200 servidores, garantimos a pluralidade de ideias, o exercício democrático de voto à todos presentes e a deliberação de uma pauta ampla, com cláusulas que contemplariam os anseios de servidores ativos e aposentados.

Fevereiro

SINSERM ENTREGA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES À PREFEITA SUÉLLEN ROSIM

No dia 2 de fevereiro de 2022, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm), se reuniu com a prefeita Suéllen Rosim e o chefe de gabinete, Rafael Lima Fernandes. Entregamos, na ocasião, a Pauta de Reivindicações 2022, com as cláusulas econômicas, sociais e sindicais, deliberada em assembleia da categoria no dia 27 de janeiro.

Os servidores públicos municipais de Bauru reivindicaram a reposição salarial de 15% sobre seus vencimentos – sendo 10,06% de reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de janeiro a dezembro de 2021 e mais 4,94% –, levando em consideração a majoração da contribuição previdenciária e os últimos dois anos em que os servidores estão sem qualquer reajuste por conta da LC 173/2020.

Solicitamos o reajuste do valor do vale-compras para R\$750,00, retroativo a 1º de janeiro de 2022, garantindo que os trabalhadores consigam o mínimo do sustento para si e seus familiares, além do reajuste do abono pecuniário referente ao antigo vale-refeição, de

R\$374,00 para R\$ 500,00 – valor que se estenderia aos aposentados.

Atendendo às reivindicações dos servidores inativos, requeremos o fim do teto para concessão do abono que substituiu o vale-refeição, incluindo todos os servidores municipais, ativos e inativos, a fim de fazer justiça, principalmente, àqueles inativos que perderam o vale-compras sem qualquer compensação.

Visando evitar a perda futura do abono pecuniário/vale-compras aos servidores ativos, reivindicamos a elaboração de um Projeto de Lei com adequações à Lei Municipal 323/2005, garantindo sua integral incorporação e atualização anual nas aposentadorias futuras.

Por fim, pedimos a incorporação do atual abono de R\$70,00, previsto na Lei nº 7.056/18, ao salário base dos servidores públicos municipais de Bauru.

Em reunião apressada, a prefeita recebeu o documento, disse que analisaria junto à equipe de governo e responderia posteriormente. No dia quatro, Suéllen respondeu ao Sinserm e disse que

não concederia índices maiores do que os já previstos 10,06% no salário e 25% para o vale-alimentação. Mais uma vez, sem diálogo, a chefe do executivo se limitou a enviar seu posicionamento por escrito.

Na primeira sessão legislativa de 2022, em 7 fevereiro, a Câmara Municipal aprovou o PL 05/22 com os índices iniciais propostos pela administração.



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!

RETROSPECTIVA 2022



Março

PROJETO VAGO TRAVA A REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

No dia 25 de março, o Projeto de Lei (PL) que visava regulamentar o teletrabalho para servidores públicos municipais, foi sobrestado pela terceira vez em sessão legislativa da Câmara Municipal. O texto vago e dúvidas sobre a amplitude de alcance da proposta levaram nove vereadores a votarem a favor do sobrestamento, enquanto sete votaram contra o adiamento.

O PL 69/2021 deu entrada no Legislativo em outubro de 2021 e nesta data já tramitava na Câmara há seis meses. Sobrestado pelo vereador Eduardo Borgo (Brasil 35), o Projeto deve ficar de fora das discussões por mais duas semanas. Isso porque a proposta de alteração do artigo 101 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Lei Municipal nº 1.574), possuía apenas dois artigos e definia que “o horário e o sistema de trabalho

na administração direta e indireta será determinado pelo responsável do órgão ou pasta, de acordo com a natureza ou necessidade de cada secretaria”.

Além de não regulamentar os direitos e deveres dos trabalhadores, tampouco contemplar as especificidades de cada categoria, o texto previa a regulamentação por decreto da prefeita Suellen Rosim, abrindo precedente para que o Estatuto dos Servidores sofresse mais alterações sem passar pelo crivo da Câmara.

Desde o início de sua tramitação, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) deu aval ao PL, pois compreendemos que o teletrabalho é uma evolução evidente em todo o mercado, mas acompanhamos as discussões de perto para não permitir que

a regulamentação do modelo signifique precarização para os trabalhadores. O Sinserm apresentou, inclusive, uma minuta aditiva ao texto, que passaria a contar com nove artigos.

O vereador Eduardo Borgo também apresentou uma emenda ao Projeto, mas esta foi considerada inconstitucional pois limitava o teletrabalho aos servidores concursados. Votaram pelo adiamento da regulamentação, os vereadores Estela Almagro (PT), Chiara Ranieri (União Brasil), Mané Losila (MDB), Júlio César (PP), Sérgio Brum (PDT), Guilherme Berriel (MDB), Júnior Lokadora (PP) e Coronel Meira (União Brasil). Eles alegaram que o PL funcionaria como um cheque em branco assinado pela Câmara, para que a prefeitura atuasse como único agente regulador do modelo.



Abril

APÓS PROBLEMAS COM VALE-ALIMENTAÇÃO, SINSERM INTERVEM E EMDURB RESCINDE CONTRATO COM ADMINISTRADORA

No dia 27 de abril, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) se reuniu com o presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb), Everson Demarchi, após receber inúmeras reclamações de funcionários, que estavam com dificuldades para utilizar o vale-alimentação fornecido pela empresa. Após a empresa que controlava o cartão (Sindplus) não realizar repasses aos supermercados da cidade, os empreendimentos pararam de aceitá-lo como forma de pagamento, gerando grandes transtornos aos servidores. Na reunião, Demarchi disse a Emdurb atenderia o pedido do sindicato e rescindiria o contrato com a prestadora.

O Sinserm pontuou que, embora a origem do transtorno não estivesse na Emdurb ou na prefeitura, é de responsabilidade da empregadora garantir o acesso ao vale-compras àqueles que dependem do recurso. Cobramos que após a rescisão do contrato com a Sindplus, uma nova empresa fosse contratada em período breve – de modo a assegurar que o episódio não se repetisse no mês subsequente.

O presidente disse que a Emdurb já estaria finalizando um novo contrato com a Verocheque, mesma empresa que fornece o vale para servidores da prefeitura. Ele afirmou que a prestadora trabalhava para que os novos cartões fossem entregues o mais breve possível e lembrou que a Emdurb

precisou cumprir com os prazos contratuais entre ela e a Sindplus para então contratar uma nova intermediária.

O sindicato pontuou que caso não fosse sanada a situação, judicializaria o caso a fim de responsabilizar os envolvidos e reestabelecer o direito ao vale-compras às centenas de famílias que o utilizam. Num contexto em que o valor da cesta básica bate recordes históricos, um recurso tão básico quanto o alimento não poderia faltar a quem trabalha legitimamente para obtê-lo.

A Emdurb cumpriu os prazos acordados e os trabalhadores voltaram a receber o benefício.

RETROSPECTIVA 2022

Maio

APÓS PRESSÃO DO SINSERM, PREFEITURA REAJUSTA TETO DO VALE-TRANSPORTE

No dia 14 de fevereiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Bauru reajustou a tarifa do ônibus em mais de 15%. Após pouco mais de dois anos sem reajustes, o valor saltou de R\$ 4,20 para R\$ 4,85. Os estudantes permaneceram com desconto de 50% e pagavam R\$ 2,43. Idosos a partir de 65 anos e pessoas com necessidades especiais continuaram isentos do pagamento.

O percentual – de 15% – foi definido em uma reunião no dia 12 de janeiro entre a prefeitura, a Emdurb, o Conselho de Usuários e a Transurb – responsável pelas empresas Grande Bauru e Cidade Sem Limites. A bem da verdade, o reajuste não foi uma decisão unilateral da administração municipal. O contrato entre a prefeitura e a Transurb prevê reajustes anuais, que não aconteceram ao longo da pandemia de Covid-19. A empresa entrou com uma ação na Justiça e conquistou, em outubro do ano passado, a liminar que deter-

minou o reajuste na tarifa do transporte coletivo.

Para além das questões judiciais entre a administração e as empresas de ônibus, o fato é que a tarifa do transporte público de Bauru é uma das mais caras do Brasil.

Por isso, o Sinserm reivindicou o fim do teto do vale-transporte, de modo que todos os servidores públicos tenham direito ao benefício. Com o reajuste salarial de 10,06%, concedido pela administração aos servidores em 2022, o trabalhador que passou a receber mais de R\$ 2.300,00, deixou de receber o VT automaticamente. Centenas de pessoas prejudicadas. O servidor foi duplamente penalizado, aliás: pelo aumento da tarifa – que atinge todos os bauruenses –, e pela retirada da verba indenizatória do vale-transporte.

O Sindicato dos Servidores Públicos Mu-

nicipais (Sinserm) atuou, portanto, de maneira incisiva para que o teto fosse revisado. Num país onde itens básicos do supermercado estão cada dia mais caros, os preços dos combustíveis nunca estiveram tão altos e o custo de vida de um modo geral sobe a cada dia, deixar o trabalhador sem vale-transporte é entregá-lo a própria sorte; dar as costas àqueles que servem ao município diariamente.

É por isso que na Pauta de Reivindicações de 2022, solicitamos o fim do teto para o vale-transporte para toda a categoria e seguimos na luta para que a prefeita reconheça a importância desta cláusula. Até que derrubemos o teto, saímos vitoriosos de mais uma batalha. A prefeitura elevou o valor máximo para a concessão do VT de R\$ 2.300,00 para R\$ 2.861,43. Um aumento de 24,4%. Com a alteração, 1.049 servidores municipais passaram a receber o benefício.



Junho

PREFEITURA VETA O AUMENTO DA MARGEM E O PRAZO DE PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) recebeu no dia 7 de junho, a resposta da prefeitura sobre o ofício protocolizado pela entidade, referente à Medida Provisória nº 1.106 de 17/03/2022, que ampliou a margem de crédito consignado para segurados do Regime Geral de Previdência Social. O Sinserm questionou se a Administração adotaria a legislação e estenderia a ampliação aos servidores do município. Apesar de todas as manifestações do sindicato e da categoria pelo aumento da margem, a prefeitura colocou um ponto final negativo na questão.

Em ofício encaminhado ao Sinserm, o então secretário de Administração, Donizete do Carmo dos Santos, informou que o Município não promulgaria uma Lei Municipal alterando o percentu-

al da margem de 30% para 35% enquanto a Medida Provisória nº 1.106/22 não fosse convertida em Lei. O documento pontuou que, apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MP precisa de apreciação do Congresso Nacional para se converter definitivamente em lei ordinária.

O Sinserm recebeu a negativa com profunda indignação. Desde o início das tratativas com o Executivo, o sindicato explicitou o amplo anseio da categoria pela ampliação da margem e prazo de pagamento dos consignados – sobretudo no atual contexto, em que o custo de vida dos brasileiros está cada dia mais alto. Recorremos a todos os dispositivos legais para assegurar a ampliação, mas a decisão final é de responsabilidade exclusiva da Administração.

Expressamos nossa consternação com a postura da prefeita Suéllen Rosim, que deu as costas aos servidores públicos municipais em um dos momentos mais difíceis do país. Mesmo podendo oferecer um socorro àqueles que trabalham diariamente pela cidade, a chefe do Executivo escolheu não fazê-lo.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 / (14) 3227-9122

contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38

RETROSPECTIVA 2022



Julho

EMDURB ENTRA EM GREVE APÓS SERVIDORES NÃO RECEBEREM REAJUSTE NO VALE-ALIMENTAÇÃO

No dia 13 de julho, mais de 80 funcionários da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) deliberaram, em assembleia extraordinária realizada no pátio da Diretoria de Limpeza Pública (DLP), paralisar os serviços em protesto por não receberem reajuste no vale-compras.

No dia 11, os vereadores aprovaram o projeto do Executivo que prevê o reajuste para servidores da administração direta, Departamento de Água e Esgoto (DAE) e Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev). Segundo a administração, a Emdurb não foi incluída no texto porque não tem recursos suficientes para custear o reajuste. Em legislativa, entretanto, os parlamentares apresentaram sugestões para equilibrar o caixa da empresa e viabilizar o novo valor do vale-compras.

Uma reunião entre os representantes do Poder Executivo, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) e funcionários da Emdurb foi realizada no dia 12 para discutir o assunto. Na ocasião, o presidente da Emdurb, Everson Demarchi, propôs a majoração dos R\$ 375 de aumento em quatro parcelas, pagas em janeiro e agosto de 2023 e 2024, caso a empresa alcance um equilíbrio financeiro até dezembro deste ano.

Como de costume, a prefeita Suéllen Rosim deu as costas aos trabalhadores e não compareceu ao encontro. Mesmo diante de uma situação tão importante quanto a alimentação das mais de 700 famílias que tiram seu sustento da Emdurb, a chefe do Executivo foi incapaz de

se sensibilizar. Suéllen demonstrou, mais uma vez, o desdém com que trata aqueles que trabalham dia-a-dia pelo município.

Na assembleia do dia 13, os servidores rejeitaram, por unanimidade, a proposta apresentada pelo presidente da empresa.

No dia 18, os trabalhadores da Emdurb deflagraram a greve. A concentração iniciou-se por volta das 6h, no pátio da DLP, com presença massiva dos servidores da coleta de lixo e outros departamentos da Emdurb. Os coletores optaram por paralisar 100% das equipes de trabalho até que um percentual mínimo fosse definido pela Justiça.

A questão do vale-compras foi o estopim para a paralisação, mas os funcionários apresentaram outras reivindicações, como equipes que trabalham desfalcadas, veículos e equipamentos que apresentam defeitos regularmente e o assédio moral do dia-a-dia.

No segundo dia de greve (19), os trabalhadores realizaram uma manifestação pacífica para chamar a atenção da prefeita e da população sobre as reivindicações da greve. Mais de 120 servidores caminharam do pátio da DLP até o Palácio das Cerejeiras.

Chegando à sede da prefeitura, os manifestantes gritaram palavras de ordem e reivindicaram a presença da prefeita. Após alguns minutos, Suéllen Rosim foi ao encontro dos servidores acompanhada pelo presidente da Emdurb, Everson Demarchi. Ambos reafirmaram que a em-

presa não possuía recursos financeiros para custear o reajuste de R\$ 375,00. Insensível e truculenta, Suéllen não dialogou com os trabalhadores... Apenas repetiu o que vinha dizendo há semanas. Não ouviu os servidores, não apresentou números, tampouco informou qual é o plano para recuperar a empresa. Ao ser questionada, deixou a reunião e foi intencionalmente vaiada. Os funcionários da Emdurb mantiveram a greve.

Após decisão judicial que determinou o retorno de 45% dos trabalhadores dos departamentos da coleta de lixo e cemitérios, os representantes do Sinserm, Sindtran e Emdurb, realizaram uma reunião na manhã do dia 19 e os trabalhadores acataram a determinação.

No dia 21 de julho, o Sinserm participou de uma audiência de conciliação com a direção da Emdurb para tratar sobre a greve da categoria. A reunião foi realizada em Campinas, no Tribunal Regional Trabalho da 15ª Região (TRT-15). O desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani compreendeu a legitimidade da paralisação e enfatizou a postura discriminatória da prefeita Suéllen Rosim ao conceder o reajuste do vale-compras para todos os funcionários da administração municipal, exceto aos da Emdurb. Giordani classificou o movimento como um pedido de socorro da categoria e ressaltou a falta de compromisso da prefeita com a população e os trabalhadores.

Para que os bauruenses não sofressem pela irresponsabilidade da chefe do Executivo, o percentual mínimo de serviço foi alterado para 55%.

Agosto

APÓS 17 DIAS, TRABALHADORES DA EMDURB ENCERRAM GREVE

Após 17 dias de greve os trabalhadores da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) decidiram encerrar a paralisação no dia 4 de agosto. Em assembleia extraordinária realizada no pátio da Diretoria de Limpeza Pública, a categoria deliberou pelo retorno integral das equipes, mediante o acordo firmado entre as partes. Com a decisão, todo o efetivo da Emdurb retornou ao trabalho.

Foram dias de muita luta e mobilização, mas saímos vitoriosos desta batalha. A união entre os servidores e as entidades sindicais resultou em um movimento coeso, organizado e bem sucedido. Cumprimos todas as determinações da Justiça, estabelecemos o máximo de diálogo possível com a presidência da empresa e não abandonamos a população em momento algum. A postura discriminatória da prefeita Suéllen Rosim ao conceder o reajuste

do vale-compras para todos os funcionários públicos, exceto aos da Emdurb, foi o estopim da paralisação, mas há muito tempo as condições de trabalho são precárias na empresa... As equipes trabalham desfalcadas, os veículos e equipamentos apresentam defeitos e o assédio moral é uma realidade do dia-a-dia. Para o encerramento da greve, uma reestruturação completa da Emdurb foi condicionada pelos trabalhadores, contemplando todos os pontos deficitários.

Sobre o vale-compras, o reajuste será feito da seguinte forma:

- Acréscimo de R\$ 150,00 a partir de Janeiro/2023, totalizando R\$ 775,00;
- Acréscimo de R\$ 150,00 a partir de Maio/2023, totalizando R\$ 925,00;
- Acréscimo de R\$ 75,00 a partir de Setembro/2023, totalizando R\$ 1.000,00.

Em respeito e consideração à população, os coletores de lixo trabalharam até duas horas adicionais em cada turno durante o retorno, até que toda a cidade estivesse limpa. Desta forma, as horas não trabalhadas durante a greve serão compensadas e o lixo será retirado das ruas com brevidade. Destacamos, inclusive, a disposição do atual presidente em encontrar soluções durante todo o processo, postura que destoa da intransigência demonstrada pela prefeita.

Decretar greve nunca é fácil para os trabalhadores, mas é a última alternativa de reivindicação quando estes não são ouvidos. Os funcionários da Emdurb são fundamentais para a manutenção da ordem em Bauru... Seguimos firmes na luta constante por respeito, valorização e condições dignas de trabalho.



Agosto

SERVIDORES FAZEM PARALISAÇÃO HISTÓRICA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM BAURU

No dia 31 de agosto, os servidores públicos mobilizaram-se fortemente contra a aplicação da reforma da previdência municipal. Milhares de pessoas paralisaram suas atividades ao longo do dia, reuniram-se em frente a prefeitura no ato das 16h e caminharam até a Câmara Municipal para a Audiência Pública que teve início às 18h, por iniciativa da vereadora Estela Almagro (PT). Todos unidos para dizer não a destruição da aposentadoria dos que trabalham diariamente pelo município.

Uma mobilização histórica, com ampla adesão da categoria, que teme por ser afetada pela desastrosa reforma que já atinge os trabalhadores do regime geral da previdência social desde 2019. Foram dias de muito trabalho para construir o movimento e garantir a adesão de todas as setores do funcionalismo público. Apesar de todas as mentiras espalhadas ao longo da semana e a tentativa desespe-

rada da prefeita Suéllen Rosim para desmobilizar os servidores na véspera da paralisação, saímos vitoriosos.

A paralisação foi a última instância de reivindicação encontrada pelos servidores para chamar a atenção da administração municipal após inúmeras tentativas de estabelecer diálogo com a mesma. Durante meses a categoria tentou dialogar com a chefe do Executivo através de reuniões e mais de cinco Audiências Públicas promovidas pelo Poder Legislativo. A prefeita se negou a participar de todas as ocasiões.

Mais de mil servidores de todas as secretarias uniram-se em uma só voz para dar um basta na forma desrespeitosa com que vêm sendo tratados. A mandatária compareceu ao ato, mas limitou-se a repetir a narrativa que utiliza em suas redes sociais. Além de Suéllen, a vereadora Estela Almagro também esteve na mani-

festação e discursou de maneira contundente a favor dos servidores.

Após concentração e falas em frente à sede do Executivo, os trabalhadores caminharam pelo centro da cidade até a Câmara, onde organizaram-se para acompanhar a Audiência Pública sobre o futuro do sistema previdenciário municipal. A Audiência foi presidida pela vereadora Estela e contou com representantes da administração, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm), funcionários da Funprev e muitos servidores.

Ficou claro que os trabalhadores unidos têm força para mudar o seu futuro. Aquele 31 de agosto ficou marcado para a história como um levante dos servidores. Uma manifestação genuinamente organizada por servidores, para servidores. Apartidária e democrática. Aberta a todos. Exigimos respeito e buscamos o diálogo, sempre

Setembro

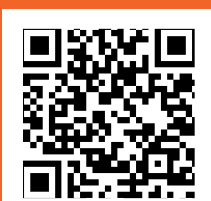
AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS PARALISAM ATIVIDADES POR 24 HORAS E REIVINDICAM PAGAMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL

FORTALEÇA SEUS DIREITOS!

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação** e ajude a manter a **luta do funcionalismo público viva**.

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.



Os agentes de combate as endemias paralisaram suas atividades por 24 horas, no dia 19 de setembro, para reivindicar o pagamento do novo piso salarial da categoria – de R\$ 2.424,00 –, aprovado em maio pelo governo federal. Eles promoveram um ato em frente a prefeitura às 8h e compareceram a Câmara Municipal em seguida para dialogar com os vereadores.

Durante o ato, a prefeita Suéllen Rosim e o secretário de administração, Donizete do Carmos dos Santos, foram ao encontro dos servidores e disseram que o Executivo já encaminhou o projeto de Lei que visa regulamentar o pagamento do novo piso para apreciação do Legislativo. A paralisação foi deliberada em assembleia extraordinária realizada no dia 12.

A Emenda Constitucional promulgada no início de maio deste ano prevê que o pagamento do novo piso será custeado pelo governo federal. An-

tes da Emenda, o salário-base dos agentes de saúde era de R\$ 1.550,00, mais insalubridade, enquanto os agentes de combate as endemias recebiam R\$ 1.336,12.

Em Audiência Pública realizada no dia 26 de julho, a Secretaria Municipal de Saúde informou que os repasses dos recursos para pagamento do piso nacional já haviam sido efetuados pelo Ministério da Saúde, no entanto, até o dia da paralisação a prefeitura não efetuou o pagamento aos profissionais. Em 30 de junho o Ministério publicou as Portarias 1.971/2022 e 2.109/2022, estabelecendo o pagamento do piso nacional retroativamente ao mês de maio.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2022 que estabelece o piso salarial de dois salários mínimos tramitava há 11 anos no Congresso, uma conquista histórica para os trabalhadores que prestam um serviço fundamental a toda sociedade.

RETROSPECTIVA 2022



Outubro

VITÓRIA DA CATEGORIA, NOVO PISO SALARIAL DOS ACES É REGULAMENTADO EM BAURU

Após meses de luta, a lei que regulamenta o novo piso salarial dos agentes de combate às endemias foi publicada no Diário Oficial de Bauru no dia 25 de outubro. A Lei Municipal nº 7.630, de 18 de outubro de 2022 alterou dispositivos da Lei Municipal nº 5.950, de 02 de agosto de 2010, criou uma nova grade salarial, colocou o cargo de Auxiliar em Saúde – Agente de Controle às Endemias em extinção, criou o cargo efetivo de Agente em Saúde – Agente de Combate às Endemias e alterou os requisitos para o ingresso e nova grade aos Agentes Comunitários de Saúde, conforme as exigências da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, e da Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022.

Foi uma longa jornada até a vitória, mas a categoria venceu todas as batalhas.

O texto prevê que os vencimentos devem ser pagos pela União e os valores para pagamento estarão previstos no Orçamento com dotação própria e específica. O projeto garante a esses profissionais adicional de insalubridade e aposentadoria especial devido aos riscos inerentes às funções desempenhadas e determina que estados, Distrito Federal e municípios deverão estabelecer outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações para valorizar o trabalho desses profissionais.

Em Bauru, entretanto, os agentes de combate às endemias aguardaram meses até que os vencimentos fossem atualizados. Embora o Ministério da Saúde tenha publicado, no dia 30 de junho, as Portarias

1.971/2022 e 2.109/2022, estabelecendo a forma de repasse dos recursos para o pagamento do piso nacional retroativamente ao mês de maio, a prefeitura do município cumprir a determinação apenas na folha de pagamento do próximo mês.

Em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal no dia 26 de julho, a Secretaria Municipal de Saúde informou que os repasses dos recursos para pagamento do piso nacional já tinham sido efetuados pelo Ministério da Saúde, o que naturalmente gerou indignação nos servidores que anseavam pelo reajuste o mais breve possível.

Diante disso, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) notificou extrajudicialmente a prefeita Suellen Rosim, para que efetuasse o reajuste básico dos agentes. Sem qualquer resposta do Executivo, os agentes deliberaram em Assembleia Extraordinária realizada no dia 12 de setembro, a paralisação de suas atividades durante 24 horas.

No dia 19 de setembro, os servidores cruzaram os braços em reivindicação pelo pagamento do novo piso. Eles promoveram um ato em frente a prefeitura, às 8h e compareceram à Câmara Municipal em seguida para dialogar com os vereadores. Durante o ato, a prefeita e o secretário de administração, Donizete dos Carmos dos Santos, foram ao encontro dos servidores e disseram que o PL havia sido encaminhado para o Legislativo. Após a aprovação dos vereadores, o texto foi sancionado pela chefe do Executivo.



/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO
SINSERM NO FACEBOOK**

**Acompanhe o
trabalho do Sinserm
no nosso portal**

SINSERM.COM.BR/



Novembro

APÓS INTERVENÇÃO DO SINSERM, CENTRO POP RECEBE ATIVIDADE DELEGADA PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS SERVIDORES E USUÁRIOS

Diante da insegurança para manter as atividades do Centro Pop em pleno funcionamento, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) decidiu suspender o atendimento aos usuários na manhã do dia 3 de novembro.

Conforme previamente anunciado pela entidade via imprensa e meios de comunicação próprios, a decisão foi tomada após se instalar um ambiente insustentável de insegurança. Há dias o Sinserm recebia reclamações da equipe, que relatou a presença de pessoas

estranhas ao serviço e que ameaçavam a integridade física dos trabalhadores e usuários.

O sindicato fechou as portas da unidade e encaminhou os servidores para a sede da secretaria de bem-estar social, a fim de pressionar a administração municipal para que fossem adotadas medidas que findassem a situação.

Foi realizada uma reunião com a titular da pasta, Ana Sales, o chefe de gabinete da prefeitura, Rafael Lima Fernandes, diretores do Sinserm e integrantes

do comando da Polícia Militar (PM). O atendimento no Centro Pop não chegou a ser suspenso, já que a secretaria deslocou outra equipe para o local.

Estabelecido o diálogo entre as partes, a PM assumiu o compromisso de acompanhar o serviço através de atividade delegada para coibir ações criminosas. O atendimento aos usuários retornou, portanto, a sua normalidade já no dia seguinte, 4. O sindicato segue fiscalizando o cumprimento das medidas para garantir que seja mantida a segurança no Centro Pop.

Dezembro

ÚLTIMA SESSÃO LEGISLATIVA DO ANO É MARCADA POR VITÓRIAS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

No dia 13 de dezembro a Câmara Municipal realizou a última sessão ordinária do ano. Dos 36 processos em discussão, dois eram de suma importância para os servidores públicos municipais – o equacionamento do déficit da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) e a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), representado por seu advogado, José Francisco Martins, e pela diretora Melissa Lamônica, acompanhou os

trabalhos e garantiu a aprovação de ambos.

Após um dia de muito trabalho, asseguramos que os projetos fossem aprovados em benefício da categoria. Não haverá, portanto, reforma da previdência nem a retirada de direitos dos aposentados. Ficará a cargo da prefeitura fazer os aportes para equacionar o déficit da Funprev, referente aos anos de 2020 e 2021. Além disso, fica estabelecido que em caso de sobras dos recursos do Fundeb e verbas da Educação, estes deverão ser distribuídos entre todos os profissionais da pasta.

Duas vitórias muito importantes para os trabalhadores. Agradecemos a todos os servidores, ativos e inativos, que se dedicaram ao longo de todo o ano para viabilizar estas conquistas e, especialmente, a vereadora Estela Almagro que esteve ao lado da categoria em todas as batalhas.

A luta sindical é ininterrupta e repleta de desafios, mas dias como estes, traduzidos em vitórias coletivas, fazem todo o esforço valer a pena. Vamos em frente! Em defesa do servidor, contra a retirada de direitos.



@MORTARIRAPHAEL

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.

